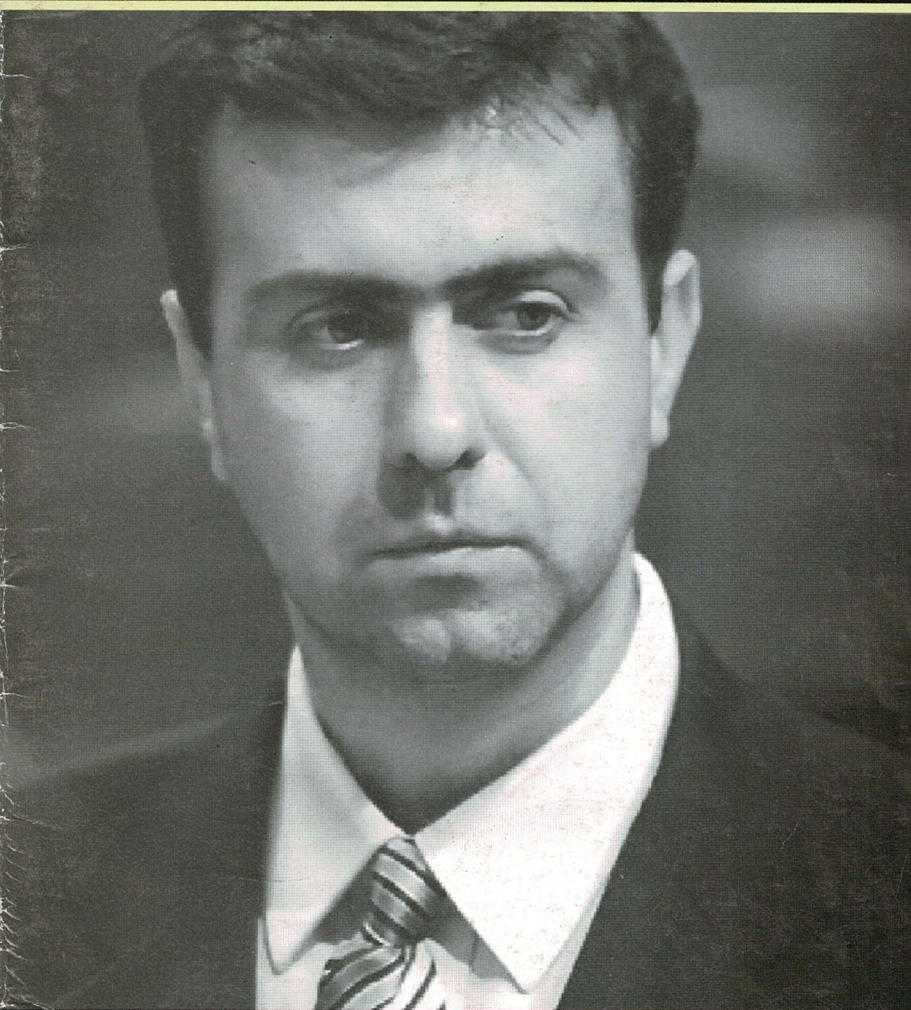


Socialismo & Liberdade

Ano II | Nº 4



Entrevistas com
Wagner Moura, José Padilha
e Irandhir



MARCELO FREIXO

O DEPUTADO FRAGA EXISTE E É DO PSOL

FUNDAÇÃO
LAURO CAMPOS

www.socialismo.org.br

Sumário

O orgulho de ser do partido do deputado Fraga Roberto Robaina.....	pág. 5
O deputado Fraga existe e é do PSOL Renata Stuart.....	pág. 6
Entrevista com Marcelo Freixo.....	pág. 8
Entrevista com Wagner Moura.....	pág. 12
Bastidores.....	pág. 16
Elite da Tropa 2 Luiz Eduardo Soares.....	pág. 17
Entrevista com José Padilha.....	pág. 20
Entrevista com Irandhir Santos.....	pág. 22
Entrevista com Bráulio Mantovani.....	pág. 24
Caçada na Favela da Vila Cruzeiro Plínio Arruda Sampaio.....	pág. 27
Última hora - "Paz sem voz, não é paz, é medo"	pág. 28

Expediente

SOCIALISMO E LIBERDADE
Ano II - Nº 4 - dezembro de 2010
ISSN 1984-4700

Fundação Lauro Campos
Av. Rio Branco 185/1525 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-007
Tel. (21) 2215 2491

Edição:

Roberto Robaina

Honório Oliveira

Jornalista responsável:

Milton Temer (MTb 26134/70)

Design e diagramação:

Hugo Scotte

Bernardo Corrêa

Impressão:

Tiragem 5.000 exemplares

DIRETORIA FUNDAÇÃO LAURO CAMPOS

Presidente de honra:

Oraida Policena de Andrade Campos

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente:

Martiniano Pereira Cavalcante Neto

Diretor Técnico:

Jorge Milton Temer

Diretor Administrativo-Financeiro:

Mário Agra Júnior

CONSELHO DE CURADORES

Presidente:

Carlos Roberto de Souza Robaina

Vice-presidente:

José Enrique Morales Bicca

Membros titulares:

Heloísa Helena Lima de Moraes
Carvalho

Ewerson Claudio de Azevedo

Ema Regina Greber Carneiro

Breno de Souza Rocha

Antonio Jacinto Filho

Membros suplentes:

Jefferson Davidson Dias de Moura

Alice Guimarães Rainho

Honório Luiz de Oliveira Rego

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Antonio Carlos de Andrade

Membros titulares:

Alexandre Varela

Israel Linhares Franco

Membros suplentes:

Jaqueline Teresa Aguiar

Maurício Alves Santana

O orgulho de ser do partido do deputado Fraga

Roberto Robaina

Presidente do Conselho Curador da Fundação Lauro Campos

“Pena que não temos um deputado como esse”, exclamou uma jovem para sua amiga na saída da sessão do Tropa de Elite 2. “Tem, sim”, disse uma outra jovem, intrometendo-se na conversa. “Ele é o Marcelo Freixo, do PSOL do Rio de Janeiro”, completou. Também vimos pessoas que terminavam a sessão conversando mais alto do que de costume para que outros pudessem escutar seus comentários: “Como o deputado Fraga está retratando bem o deputado o Marcelo Freixo, do PSOL do Rio de Janeiro.” Desde a estreia de Tropa de Elite 2, um público especial compareceu aos cinemas movidos por uma informação e curiosidade especiais: parcelas de militantes do PSOL, que sabiam que Tropa de Elite 2 tinha entre seus protagonistas principais o deputado Fraga, inspirado no deputado estadual Marcelo Freixo, do PSOL do Rio de Janeiro.

Quando o filme entrou em cartaz já se sabia que Marcelo Freixo havia sido reeleito deputado estadual. Sua votação desta vez foi multiplicada. Quem viu o filme sabe que sua votação teria se multiplicado muito mais se o Tropa 2 entrasse em cartaz antes das eleições. Mas o próprio Marcelo Freixo preferiu assim. Agora, o que está posto e revela a “propaganda” de militantes em sessões de cinema e nas conversas à saída é a necessidade de que se conheça a realidade da ficção. O orgulho de militantes que afirmam em alto e bom som que são do partido do deputado Fraga é compartilhado pela Fundação Lauro Campos. Por isso fazemos esta revista especial sobre o Tropa de Elite 2: o Brasil precisa conhecer a luta real da qual o deputado estadual Marcelo Freixo é uma das principais, se não a principal, expressões: o combate contra as milícias e a atual política de segurança pública do Brasil. Faremos isso através desta revista especial com entrevistas de importantes atores e do diretor do filme, além das entrevistas e textos com protagonistas

fundamentais desse combate, entre os quais o próprio Marcelo Freixo e o autor do livro Elite da Tropa 2, o antropólogo Luiz Eduardo Soares. Agradecemos imensamente a colaboração de todos eles. Cabe registrar que esta revista não seria possível sem o trabalho sério e responsável da jornalista Renata Stuart. Foi ela quem formulou e garantiu as entrevistas com os atores e com o diretor José Padilha. Foram fundamentais também Israel Dutra e Honório Oliveira, que trabalharam em equipe para que esta publicação fosse viabilizada.

Deixo-lhes agora com estas inéditas e excelentes leituras. Quem ainda não viu Tropa 2 não pode perder. Em geral, o filme que dá continuidade a um grande sucesso sempre deixa um sabor amargo de que não foi tão bom quanto o primeiro. Não foi esse o caso do Tropa de Elite 2. Desta vez, a continuidade foi uma superação. Além de eletrizante, politicamente foi muito melhor, expressão de uma evolução da consciência do Capitão Nascimento, mais uma vez genialmente interpretado por Wagner Moura. O inimigo agora é o sistema. E Fraga é quem tem o papel mais importante para descortinar essa realidade e forjar essa concepção. Poucas vezes filmes terminam com a plateia aplaudindo. Pois isso agora tem ocorrido muitas vezes Brasil afora. Não é para menos.



Marcelo Freixo

O deputado Fraga existe e é do PSOL

Renata Stuart - Jornalista

Prestes a bater todos os recordes do cinema nacional, *Tropa de Elite 2* já alcança a marca de 10 milhões de espectadores. O número por enquanto só é superado por *Dona Flor e Seus Dois Maridos* com 10 milhões e 700 mil, mas os principais críticos acreditam que em pouco tempo o filme dirigido por José Padilha será o mais visto na história do cinema brasileiro.

A saga do capitão Nascimento, promovido a tenente coronel nesta segunda produção joga a discussão sobre a polícia carioca para o “andar de cima”. A frase usada para chamar a atenção do público “Agora o inimigo é outro” resume bem o objetivo do filme. Com uma produção mais madura o *Tropa 2* sai do discurso simplista de que o viciado é o único culpado pela violência instaurada há anos no Rio e busca a responsabilidade pelo caos vivido na cidade carioca no “sistema”.

Se antes a polícia corrupta era alimentada pelo tráfico, hoje, outra realidade, mais perigosa ameaça a soberania do Estado. Policiais e outros agentes, que deveriam trabalhar em prol da população formaram grupos que invadem favelas e controlam o comércio e os moradores locais. Transporte alternativo, distribuição de gás e TV a cabo, cobrança por “proteção” e até porcentagem na venda de imóveis garantem o lucro desses grupos nas áreas mais carentes. Essas são as milícias, que desde 2002 aterrorizam moradores e enriquecem onde o Estado desistiu de atuar.

No início vista com simpatia por muitos políticos, as milícias no Rio cresceram e hoje controlam boa parte da Zona Oeste carioca, da zona norte e subúrbio, a baixada fluminense e até alguns pontos da região metropolitana. Hoje ninguém vai para a TV defender a milícia, mas o próprio prefeito do Rio Eduardo Paes (PMDB - RJ) chegou a chamá-la de “mal menor” e o ex prefeito Cesar Maia (DEM - RJ) de “auto defesa comunitária”.

Foi preciso, que uma equipe do Jornal O Dia fosse barbaramente torturada, na favela do Batan, em Realengo, na zona oeste do Rio, para que a opinião pública se voltasse contra as milícias. Na ocasião, há mais de um ano, adormecia esquecido na Assembléia Legislativa do Rio, um pedido de CPI para investigar esses grupos criminosos. Requerido pelo deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL - RJ) a casa se viu obrigada a publicar o pedido e abrir a CPI das Milícias.

Foram sete meses de investigações, sigilos foram quebrados, policiais, bombeiros e até parlamentares foram interrogados; uma central telefônica, exclusiva para as denúncias relacionadas às milícias foi montada. Ao todo 225 pessoas foram indiciadas.

Mas nem tudo são flores, sem fazer acordos e com o trabalho sério, Marcelo Freixo, que presidiu a CPI, também ganhou muito inimigos. Hoje o parlamentar não pode sair de casa sem segurança e em frente a sua residência patrulhas da PM ficam de prontidão 24h por dia.

Na contramão da política cada vez mais desacreditada no país inteiro, Marcelo Freixo ganhou também admiradores, entre eles o diretor José Padilha.

Daí para encaixar tudo isso no *Tropa 2* foi um pulo. Muito mais do que uma obra de ficção, a saga de Nascimento amadureceu e hoje faz milhões de pessoas refletirem sobre as milícias e o “sistema”.

A **Socialismo e Liberdade** conseguiu, com exclusividade, reunir em uma única revista entrevistas com os atores Wagner Moura (Capitão Nascimento), Irandhir Santos (Diogo Fraga), o Diretor José Padilha, o roteirista Bráulio Mantovani e, claro o inspirador dessa nova história: Marcelo Freixo. O parlamentar corajoso, honesto e respeitado, que o filme retrata existe e é do PSOL!

DESTAQUES DA AÇÃO PARLAMENTAR

Marcelo FREIXO

2008

Pedido de cassação dos deputados envolvidos na bolsa fraude da Alerj, o que resulta na cassação de Renata do Posto e Jane Cozzolino.

Apresenta projeto para criação da Comissão Permanente de Juventude.

Aprovado pedido de criação da CPI para investigar as milícias.

Apresenta projeto para evitar o mau uso do auxílio educação da Alerj.

Aprovação do projeto que determina o local apropriado para o assistente social trabalhar, a Lei Nº 5261/2008.

2007

Pedido de CPI para investigar as milícias no Rio.

Pedido de CPI para investigar a Federação de Futebol do Rio, acusada de desviar dinheiro.

Pedido de cassação do ex-chefe de polícia Álvaro Lins, acusado de vários crimes, aprovado pela Alerj.

2009

Preside a audiência pública para discutir os prejuízos causados à população do entorno das obras da CSA (Companhia Siderúrgica do Atlântico).

Apresenta projeto de lei para alterar estatuto dos servidores e acabar com perseguições pelas chefias.

Aprovação da emenda constitucional 41/2009, apresentada por Freixo, que aumenta a licença maternidade das servidoras estaduais para seis meses.

Apresenta projeto de lei para fiscalizar royalties do petróleo no Estado do Rio.

2010

Aprovação do relatório final da CPI das milícias. No ano de 2009 foram presos 275 milicianos e a visão pública sobre o significado das milícias foi alterada: milícia é máfia!

Aprovadas as leis, apresentadas por Freixo, que reconhecem o FUNK como cultura (5543 e 5544 de 2009).

Freixo, a convite da Anistia Internacional, divulga o relatório final da CPI das milícias na Europa.

Apresenta projeto de lei para garantia de direitos da população vítima das chuvas de abril, que deixaram dezenas de mortos e centenas de desabrigados no Rio.

Apresenta projeto de lei para desativação do Educandário Santo Expedito, que é, na verdade, um presídio.

Preside audiência pública em Niterói sobre a tragédia das chuvas.

Aprovada a emenda constitucional 44/2010, apresentada por Freixo, para incorporação dos animadores culturais no serviço público estadual.

Preside audiência pública sobre trabalho escravo em Campos.

Aprovada a lei 5778/2010 que cria o Comitê Estadual de Combate e Prevenção à Tortura, o que fez do Rio o primeiro estado do Brasil a seguir recomendação das Nações Unidas.

Pede CPI para investigar superfaturamento de medicamentos na saúde.



“A favela não pode ser como caso de polícia”

Tropa de Elite 2 representa um marco no cinema brasileiro. Além do grande apelo da crítica, quase 10 milhões de pessoas já assistiram ao filme. Qual o impacto disso na sociedade brasileira?

Já podemos sentir esse impacto, o tema das milícias infelizmente não pautou o debate eleitoral. Entretanto, o principal debate que se faz hoje no Rio é o das milícias, isso se dá em função exclusivamente do filme. Minha demanda de agenda aumentou muito depois da eleição - para meu desespero -, isso se dá em função do enorme sucesso do filme. Escolas, igrejas, universidades, todos os espaços estão promovendo debates sobre o tema. Isso é fundamental, pois a luta política na defesa dos Direitos Humanos e no enfrentamento ao crime organizado possui um forte caráter pedagógico.

“Sempre atuei dentro dos presídios, negocie dezenas de rebeliões e como parlamentar presidi a CPI das Milícias.”

É necessário criar outro olhar sobre as políticas públicas de segurança, elas precisam ser instrumentos de garantias de direitos e

não da promoção da barbárie ou da guerra, onde o Estado disputa com o crime quem é mais violento. O Tropa 2 coloca o debate da segurança pública no “andar de cima”, sai da polícia para a política. Em qualquer lugar do mundo o crime organizado se dá onde tem dinheiro e poder, sendo assim ele não se organiza nas favelas e periferias. O filme desnuda a relação entre crime, polícia e política no Rio de Janeiro dos últimos anos.

O personagem Fraga é diretamente inspirado em você e na sua trajetória. O que há de real e o que é ficção na trama do Tropa 2?

É um filme de ficção que dialoga com a realidade muito mais do que boa parte dos documentários feitos sobre o Rio de Janeiro. Toda a caracterização das milícias, seus braços políticos, sua organização econômica se identificam muito com a realidade.

O personagem Diogo, enquanto militante dos Direitos Humanos e parlamentar tem uma relação muito forte com a minha história. Sempre atuei dentro dos presídios, negocie dezenas de rebe-

tratada

liões e como parlamentar presidi a CPI das Milícias. Em relação à vida pessoal, todo o drama é marcado pela ficção, minha mulher nunca foi casada com um capitão do Bope. Aliás, ela tem pacientemente respondido essa pergunta.

Você ajudou no filme? Como?

Assim que o José Padi-
lha (diretor do filme) deci-
diu fazer o Tropa 2 sobre
as milícias, ele me ligou e
pediu ajuda. Ficamos al-
guns meses debatendo o
roteiro com o Bráulio Mantovani
(roteirista), ele assistiu a todos os
DVDs com as sessões da CPI das
Milícias. Foi uma experiência inédita,
nunca imaginei que um fil-
me desse tanto trabalho e envol-
vesse tanta gente. Boa parte do
elenco visitou o nosso gabinete e
acompanhou algumas sessões no
plenário da Assembleia Legislati-
va. Particpei de vários ensaios e
debates sobre milícias, Direitos
Humanos, Poder Legislativo e Rio
de Janeiro. A equipe do filme tam-
bém visitou o presídio de Bangu I



comigo. Olhamos o prédio, percor-
remos a galeria, conversamos com
presos e funcionários, alguns pre-
sos e guardas, inclusive, eram re-
manescentes da rebelião de 2002,
tudo isso ajudou no filme.

Iranthir Santos (ator que faz o
papel do deputado Diogo Fraga)
foi um grande parceiro em todas
as etapas da preparação do filme.
Foram muitos os cafés, almoços e
papos sobre o personagem. Mui-
tas de suas falas no filme foram
fruto de nossas conversas. Iran-
thir é um grande ator e um pro-
fissional de extrema dedicação. 9



Fale um pouco de sua trajetória, tanto nos movimentos sociais como na luta pelos Direitos Humanos.

Comecei a militância muito cedo, aos 17 anos, no movimento comunitário e cultural do Fonseca, bairro em Niterói, onde eu nasci e meus pais residem até hoje. Ainda na universidade comecei a dar aula de História nos presídios do Rio, trabalhei durante muitos anos como educador nas cadeias e também em alguns pré-vestibulares comunitários. Fui filiado ao PT de 1986 até 2005. Fui da direção do Sindicato dos Professores de Niterói, presidi o Conselho da Comunidade (órgão da sociedade

civil que tinha a função de fiscalizar as prisões do Rio) do ano 2000 até 2004 e trabalhei como pesquisador na ong Justiça Global. Também contribuiu muito para minha formação o tempo em que atuei como assessor parlamentar do deputado Chico Alencar.

Com a prisão de vários líderes milicianos após a CPI, pode-se dizer que esse grupo está enfraquecido?

Nunca! A milícia se organiza como máfia. É uma máfia! São agentes públicos dominando territórios com alta lucratividade e

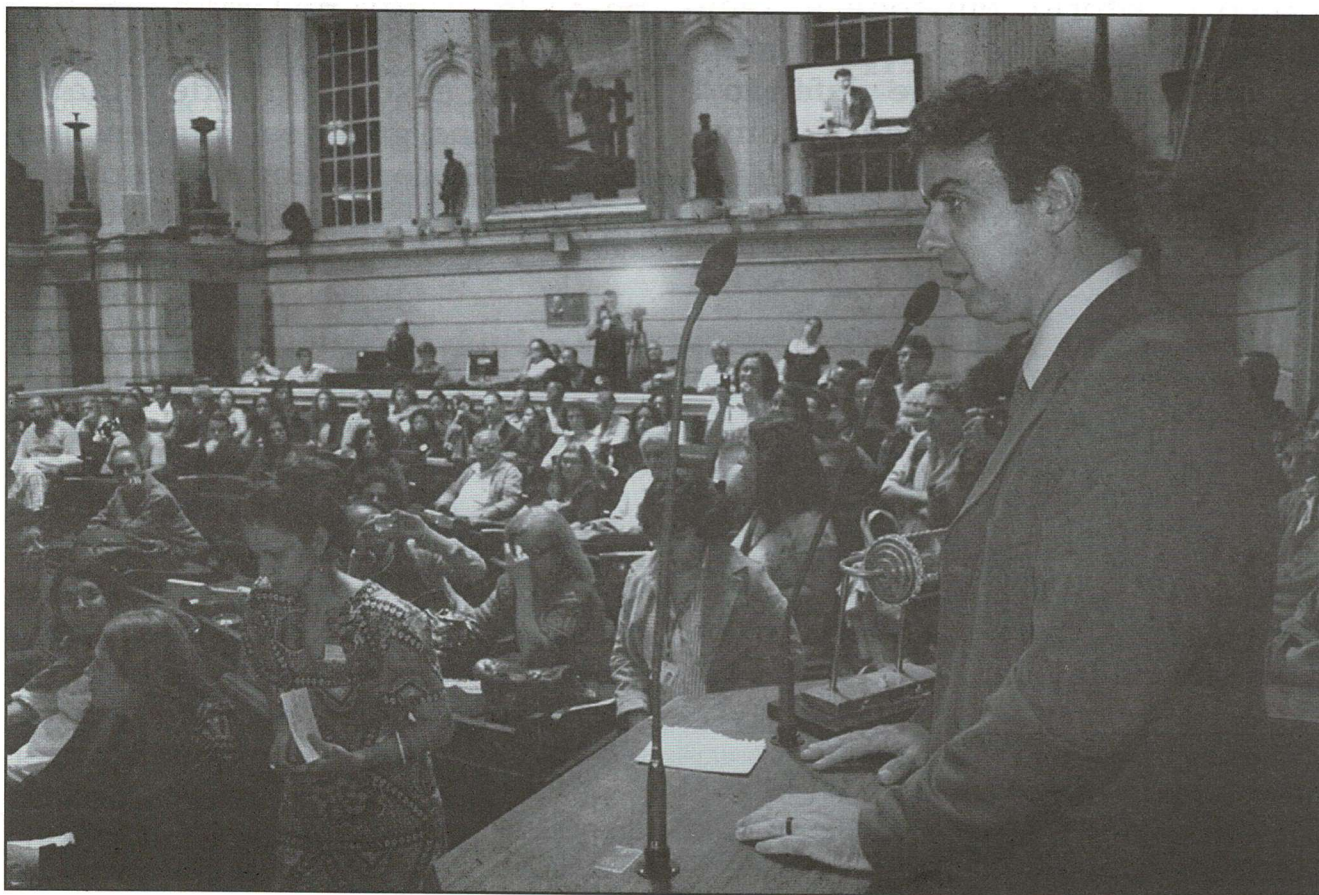
Dividimos muito a agonia da responsabilidade desse papel e do personagem, nós dois sabíamos que tinha muita coisa em jogo e isso me deixou mais tranquilo, saber que um ator sério iria me representar. Quem também visitou o gabinete e se tornou um grande parceiro foi o ator André Mattos (que faz o papel do inesquecível Fortunato). Ele assistiu algumas sessões na Assembleia Legislativa do Rio. Além das reuniões com a direção e com os atores, foram muitas as consultas dadas para a produção do filme: desde como funciona o gabinete até aspectos da vida privada, como a minha casa e a minha aliança de tucum, reproduzidos no filme.

projeto de poder. A prisão de deputados, vereadores e lideranças desses grupos enfraqueceu seus braços políticos, mas não a sua estrutura de poder. Mesmo com as mais de 400 prisões depois da CPI, o número de milícias continua aumentando no Rio, se o governo não atingir os seus braços econômicos, eles nunca serão derrotados. A CPI, além de indiciar centenas de milicianos, apresentou 58 propostas concretas para que o Rio virasse o jogo contra as milícias, mas a maior parte dessas propostas continua na gaveta. As milícias são fruto da relação clientelista e corrupta da política com as periferias, esse Estado precisa de uma polícia barata, violenta e corrupta para perpetuar suas elites no poder.

Sendo assim, as milícias sempre foram úteis para alguns parlamentares e governos, sem isso nunca chegariam aonde chegaram. Essa é também a razão da grande dificuldade para derrotá-las.

Qual é o seu olhar sobre as UPPs - Unidades de Polícia Pacificadora criadas no governo Sérgio Cabral?

A UPP não é um projeto de segurança pública e sim um projeto de cidade. O governador Sérgio Cabral foi eleito no primeiro turno única e exclusivamente em função das UPPs. Se a população avaliasse o seu desempenho na saúde e educação, provavelmente o conduziria ao cárcere e não ao Palá-



cio Laranjeiras. Porém, os formadores de opinião continuam tendo na segurança pública o único instrumento de avaliação política sobre o Rio. O mapa das UPPs é revelador da razão do projeto, o critério não foi as áreas de maior violência, caso fosse os complexos do Alemão e da Maré seriam os primeiros a ser atendidos. A lógica foi outra, as UPPs chegaram ao corredor hoteleiro da Zona Sul (área nobre), na Região do Porto, que receberá grande investimento privado nos próximos anos (projeto chamado pela prefeitura do Rio de Porto Maravilha), no entorno do Maracanã, em função dos Jogos Olímpicos, e na Cidade de Deus, área de grande investimento da especulação imobiliária e único território, em toda a Jacarepaguá, que não está nas mãos de milícias. Claro que defendo o princípio do policiamento comunitário, a aproximação da polícia com a comunidade que será protegida. É importante para o morador dessas áreas o fim do tiroteio e da barbárie do tráfico. A favela não pode continuar sendo tratada como caso sempre de polícia. O que verificamos é a construção de uma gestão policial da miséria, tudo na comunidade é decidido pela polícia, o direito a saúde, educação e cultura continuam distante da favela. A pergunta que



fica é: o que é uma sociedade civil, a que garante direitos ou a que se enche de polícia?

O filme fala do “sistema”, qual é a sua opinião sobre esse termo?

O filme deixa claro que o debate da segurança pública não se restringe à ação policial, pelo contrário, esse é o grande tema da política nas grandes cidades brasileiras. Os formadores de opinião não têm mais na saúde e educação públicas os grandes temas da política. A classe média colocou seus filhos no colégio particular e entrou para um plano de saúde, sendo assim esses temas deixaram de ser determinantes no debate político. Com a segurança pública não é possível fazer o mesmo.

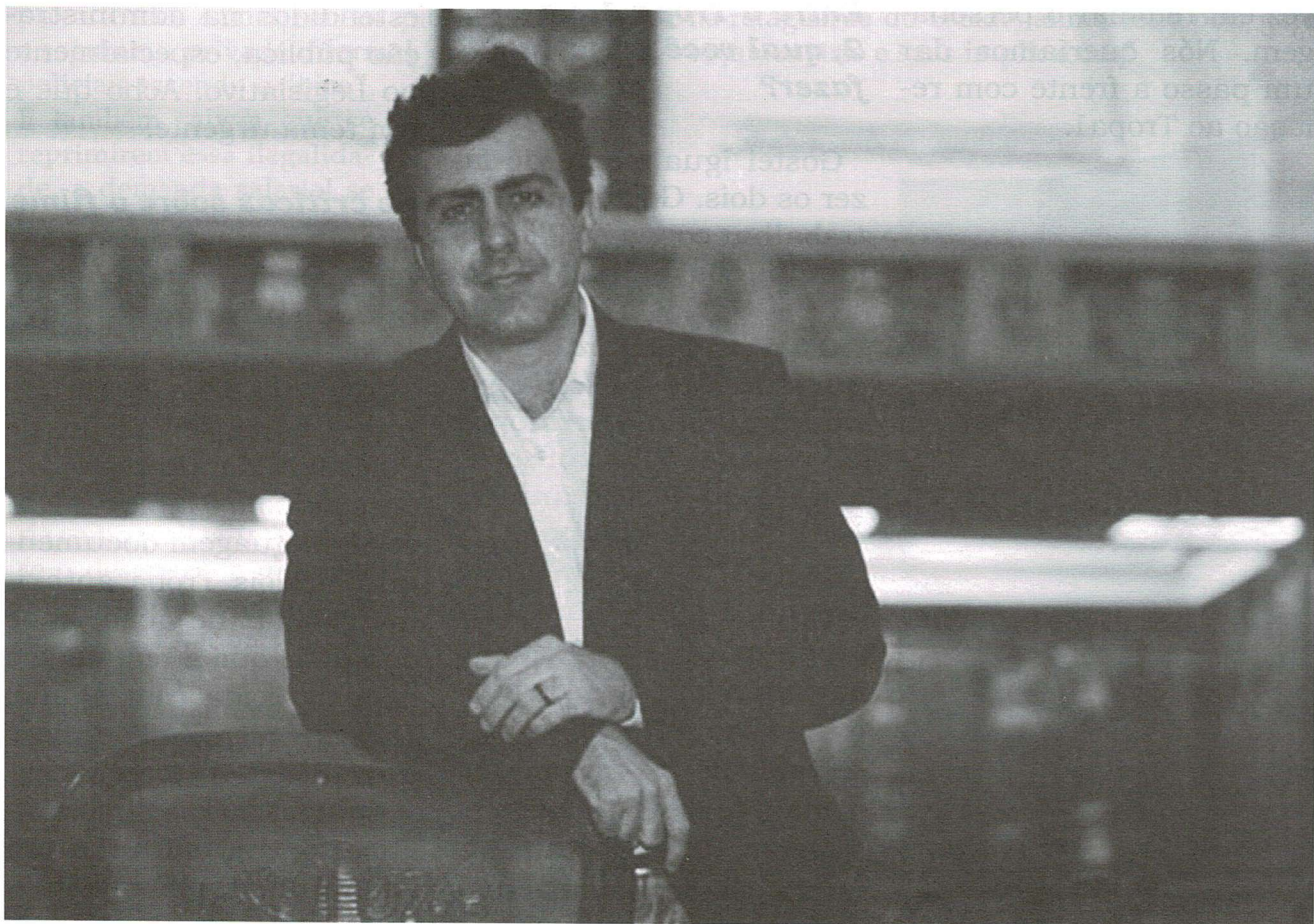
O filme mostra que as políticas de segurança são decisivas, como instrumentos de controle sobre a massa pobre das favelas e periferias dos grandes centros. Manter a ordem social é manter a ordem de classe. Não ter política públi-

“A corrupção não é um desvio, mas algo estrutural nas relações de poder. A máquina pública serve a interesses corruptos, perdemos o mínimo sentido republicano.”

ca de assistência nessas áreas é a política pública do Estado, não se trata portanto, de um Estado ausente, mas da ausência de uma política de direitos, substituída por uma política de controle, violenta e corrupta. A corrupção não é um desvio, mas algo estrutural nas relações de poder. A máquina pública serve a interesses corruptos, perdemos o mínimo sentido republicano. Sendo assim, esse não é um problema que vamos resolver somente com uma mudança na polícia, e sim no sistema.

Os resultados eleitorais do PSOL do Rio expressam um forte espaço para o partido. Comente sobre isso.

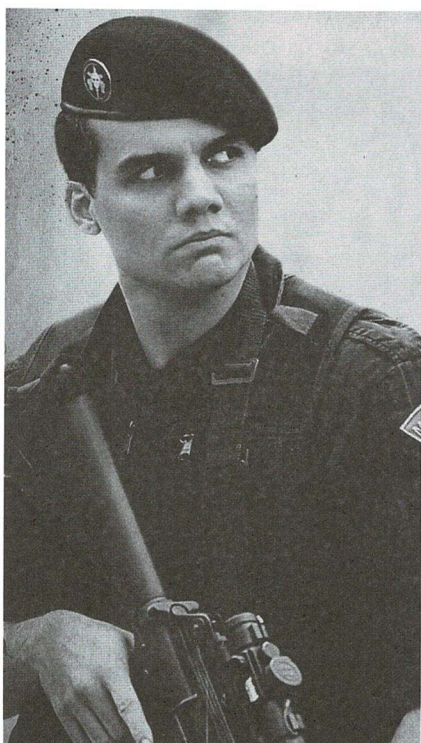
Tivemos uma votação impressionante, conseguimos dobrar nossas bancadas estadual e federal. Isso mostra que o PSOL é uma necessidade, temos um grande caminho pela frente. Acertamos quando aproximamos nossos mandatos das lutas populares, dos movimentos sociais. Apostamos no caráter pedagógico da luta política; como diz meu amigo Chico Alencar: conseguimos falar com os diferentes e com os indiferentes. Agora nosso maior desafio é manter toda essa mobilização no exercício dos mandatos, fazer com que as pessoas, que se aproximaram durante a eleição, continuem participando, filiadas ou não.



De um nascimento

Como você classifica a personagem do Nascimento desse segundo filme?

Nascimento é um personagem mais consciente em Tropa 2 e isso termina influenciando a percepção que o público tem da história, já que ele é narrador do filme. Essa consciência trágica, do cara que caminha para um fim terrível e entende isso, foi propositalmente buscada desde que se falou pela primeira vez em retomar o personagem. Nós queríamos dar um passo a frente com relação ao Tropa 1.



Prefere algum dos dois? Qual foi o mais difícil de interpretar?

Gosto mais do segundo, acho mais complexo e mais bem filmado. Retomar um personagem foi uma experiência inédita. Fazer o mesmo cara, só que 15 anos mais velho, tendo que me desapegar do Capitão que ficou no imaginário popular foi difícil. Por outro lado, o primeiro me exigiu mais fisicamente.

Entre o Tropa 1 e o 2, qual você preferiu fazer?

Gostei igualmente de fazer os dois. Gosto muito de trabalhar com o Zé Padilha [diretor dos filmes].

O Tropa 2 aborda a questão das milícias no Rio. Como morador da cidade, você tinha a dimensão do tamanho e poder desses grupos?

Agora já não lembro mais de quando exatamente eu entendi o tamanho do perigo que são as milícias, mas certamente o filme me fez ir mais fundo nesse entendimento. O que certamente nunca fiz foi compactuar

com a ideia ingênua de que a milícia era um mal menor em relação ao tráfico, coisa que aconteceu muito há alguns poucos anos.

Na sua opinião, o tema foi bem escolhido?

Acho que se a gente pode chamar alguma coisa de crime organizado no Brasil hoje, essa coisa é a milícia. Violenta, opressora das comunidades pobres, repleta de agentes da lei em seus quadros e com tentáculos estendidos na administração pública, especialmente no Legislativo. Acho que é um tema urgente.

As críticas sobre o filme são as mais diversas, mas como é a reação do público nas ruas?

Tropa de Elite é um extraordinário fenômeno de massa. A identificação das pessoas com o filme é imensa. A linguagem documental dos dois Tropa aproxima o olhar de quem sabe ou supõe que a realidade é bem parecida com aquilo, às vezes pior. Zé Padilha é um cineasta raro, que conseguiu fazer dois filmes políticos que se entranharam na cultura pop brasileira.

ao outro

Numa das cenas o Coronel Nascimento diz que a polícia do Rio tinha que acabar. Como você encara essa afirmação?

O desabafo de Nascimento é o de alguém que descobre que dedicou uma vida inteira a uma causa vazia e que além de tudo está com um filho no hospital. É óbvio que a polícia é uma instituição fundamental, que não pode acabar, mas a nossa é mal treinada, mal remunerada, mal equipada, extremamente corrupta, violenta e ainda serve a interesses escusos que variam de uma eleição para outra. Ou seja, Nascimento tem razão, ESSA polícia tem que acabar. Eu acrescentaria: para que se construa uma outra.

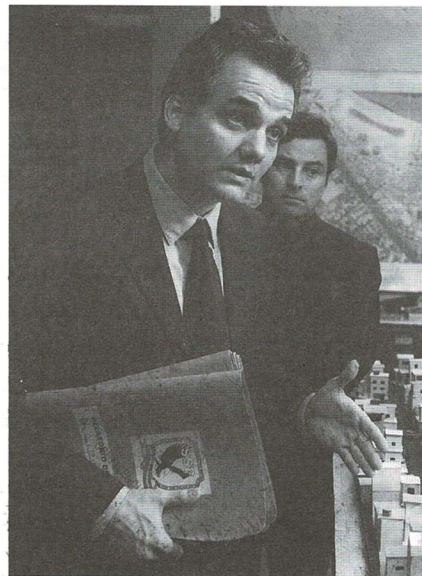
O deputado Diogo Fraga é inspirado em Marcelo Freixo, deputado estadual pelo PSOL no Rio. Nas eleições, você foi até para a televisão fazer campanha para o então candidato à reeleição. Por que o fez e como classifica o Freixo e seu trabalho?

Freixo é o exemplo do político sério, que tem coragem

para não se submeter a um esquema armado para que o legislador se torne um escravo de conchavos e alianças cínicas em prol da sustentabilidade de mandatos ou usufruto de benesses. Um cara comprometido com suas ideias, independentemente dos salamaleques do jogo político.

“Acho que os deputados do PSOL representam um compromisso com a ética e com valores humanistas, que um dia foi do PT...”

E eu me identifico com as ideias dele, especialmente por sua militância na área de Direitos Humanos, um tema que goza um lugar pior do que a cultura na política tradicional; todo mundo acha bacana, mas não é plataforma de campanha de ninguém. Do Freixo é. No seu primeiro mandato, ele foi “a bancada de um homem só” e já fez o barulho que fez, caçando o Álvaro Lins e emplacando a CPI das Milícias. Acho que os deputados do PSOL representam um compromisso com a ética e com valores humanistas, que um dia foi do PT. Figuras como Freixo e Chico Alencar precisam existir num cenário



dominado ainda pelos mais baixos interesses. Apoiei publicamente a candidatura de ambos, além da de meu amigo Jean Wyllys, que representa também um sopro de renovação e caráter numa instituição democrática fundamental e importante, mas que goza de tão pouca credibilidade.

Conte algumas curiosidades sobre o filme, as gravações e os bastidores.

Eu sou péssimo para responder perguntas assim, tenho uma memória horrível. O cinema para o ator, de um modo geral, é muita espera, muito café e alguns minutos para dar o seu recado. Gosto de filmar, mas acho que hoje prefiro assistir aos filmes no ar-condicionado do cinema, como se aquela pessoa da tela não fosse eu.

BASTIDORES

CURIOSIDADES SOBRE TROPA DE ELITE 2



Ainda adolescente, com apenas 15 anos, Marcelo Freixo e seus amigos iam jogar bola no campo do presídio Ferreira Neto, em Niterói, região metropolitana do Rio - "Eu jogava no time da favela Vila Ipiranga e alugávamos o campo do presídio todo domingo. Fico imaginando um garoto hoje falando para a mãe que vai jogar no time da favela e o jogo é dentro do presídio." Na maioria das vezes o árbitro era um preso. Freixo brinca e diz que por motivos óbvios ninguém chamava o juiz de ladrão.

A produção do filme, quando pensou em retratar a casa do deputado Diogo Fraga, imaginou um local grande, com piscina, mas depois de visitar a residência de Marcelo Freixo mudou as locações para um apartamento simples. E ainda aproveitou para levar quadros e ter uma ideia dos móveis para compor o cenário. Um dos quadros utilizados nas filmagens, Freixo ganhou de presente de um detento.

Quando o diretor do filme, José Padilha, convidou o ator Irandhir Santos para participar do filme, comentou com ele que seu papel seria de um militante de Direitos Humanos. Antes mesmo da primeira reunião de atores, Irandhir, por conta própria, buscou uma inspiração para seu personagem, e encontrou na internet os trabalhos do deputado estadual pelo Rio de Janeiro Marcelo Freixo, mesmo sem saber que seu personagem seria exatamente inspirado no próprio.

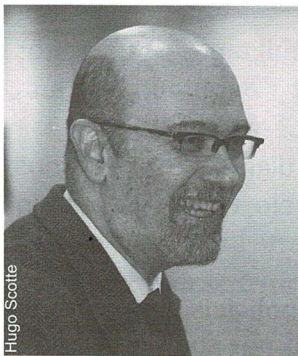
Antes do início das filmagens, alguns assessores do deputado Marcelo Freixo ficaram preocupados com a repercussão de Tropa 2. Por discordarem do primeiro filme, eles chegaram a pedir que Marcelo não se envolvesse muito na produção. Hoje todos deram o braço a torcer e reconhecem a enorme contribuição na luta contra as milícias.

Marcelo Freixo ficou impressionado com o cenário do presídio de Bangu I. As instalações reproduziram com perfeição aquela unidade prisional: "Me sentia passeando por Bangu I", diz Freixo. A equipe de produção, responsável pelo cenário, visitou apenas uma única vez o presídio com o deputado. Orgulhosos, nos ensaios, não se cansavam de perguntar a Freixo se estava igual ao verdadeiro Bangu I.

Seu Jorge, que interpretou o traficante Beirada, pediu algumas dicas a Freixo sobre como os presos o tratavam. É por isso que, quando Diogo Fraga chega à rebelião, ele utiliza sempre as expressões: "Com todo o respeito, seu Fraga" e "Papo de homem pra homem".

Durante as filmagens de Tropa 2 em Brasília, o deputado federal Alberto Fraga (DEM/DF) ficou preocupado. Ele pensou que Diogo Fraga fosse inspirado nele e chegou a pedir que a Câmara intercedesse e proibisse o uso de seu nome no personagem. Um grupo de deputados conseguiu impedir que as filmagens acontecessem no Congresso Nacional. Por conta disso, as cenas finais, que seriam filmadas no Conselho de Ética, tiveram que ser rodadas num estúdio.





Elite da Tropa 2

Projeto literário e intervenção política

Luiz Eduardo Soares

O livro *Elite da Tropa 2* é a quarta obra de uma tetralogia à qual dediquei os últimos sete anos de trabalho. A série inclui *Cabeça de Porco* (escrito com MV Bill e Celso Athayde - Objetiva, 2005), *Elite da Tropa* (com André Batista e Rodrigo Pimentel - Objetiva, 2006) e *Espírito Santo* (com Carlos Eduardo Ribeiro Lemos e Rodney Miranda - Objetiva, 2009). A intenção do *Cabeça de Porco* era mergulhar no mundo de valores, percepções, sentimentos, relações e práticas dos jovens envolvidos com a violência armada, nas áreas mais vulneráveis de cidades situadas em todas as cinco regiões do país. O propósito era compreender, não julgar, e levar os leitores a compartilhar nossa experiência de interlocução com esses jovens. A expectativa era proporcionar um contato empático com um universo ignorado e distante da maioria dos leitores; um universo humano refratado quase sempre pelo véu de estigmas, preconceitos, ódio e temor. Não tencionávamos fazer a apologia da violência ou sequer justificá-la, mas desvelar suas raízes, plantadas fundas como punhais no corpo e na alma de crianças e adolescentes socialmente invisíveis, devastados pela rejeição e a indiferença, pela fome de afeto e reconhecimento (que pode ser mais dolorosa e devastadora do que a fome física), por estigmas, racismo, desigualdades monstruosas e as iniquidades naturalizadas.

A intenção do primeiro *Elite da Tropa* era a mesma, mas aplicada aos supostos inimigos daqueles jovens focalizados no *Cabeça*: os policiais. Quem são esses personagens que vestem uniforme, recebem salários, armas e instrução do Estado, e caçam traficantes nos morros, nas vilas, favelas e periferias, como fatores de um escravismo extinto? Quem são esses policiais que, em nome da lei, a transgridem sem pudor e piedade, matando seus irmãos de classe numa insensata “falsa-guerra” fratricida? No Rio de Janeiro, por exemplo, os números descrevem um genocídio de jovens pobres, na maioria negros: entre 2003 e 2009, inclusive,

7.854 foram mortos por ações policiais. A categoria oficial, “autos-de-resistência”, omite o fato de que, segundo estimativas apoiadas em pesquisas sobre os dados de 2003, cerca de 65% dos aludidos confrontam apenas a verdade, pois se referem, na realidade, a execuções extra-judiciais. Seriam os policiais indivíduos sádicos, pervertidos, assassinos contumazes por prazer e vocação? Nesse caso, como explicar a escala assombrosa alcançada pela brutalidade individual dos policiais e a manutenção de tamanha regularidade, ao longo do tempo, configurando um padrão e apresentando o perfil de uma ... política?

Ao mergulhar no universo de emoções, valores, visões de mundo e experiências dos policiais, procuramos compartilhar com os leitores algumas surpresas para quem só opera com estereótipos: lá estão seres humanos como quaisquer de nós, que chegam muito jovens para o processo de formação e cedo aprendem o que depois aplicarão. São cidadãos trabalhadores, oriundos principalmente das classes populares, que cumprem ordens, acreditando, ao fazê-lo, estar honrando seu país, sua instituição e os valores que foram levados a cultuar. Muitos se perdem na corrupção mais degradante; outros, submetidos a treinamentos que emulam a “lavagem cerebral”, convertem-se em máquinas de matar e torturar, confundindo heroísmo com brutalidade letal contra suspeitos e patriotismo com violação dos direitos mais elementares dos segmentos sociais estigmatizados. Nesse contexto, propusemos aos leitores uma pergunta: o problema é individual? Os policiais, individualmente, são “inimigos do povo”? A responsabilidade se esgota neles, enquanto indivíduos? A questão se resume a “desvios de conduta”, como sugerem as declarações oficiais? Ou se trata de um consistente e permanente programa institucional, alicerçado em uma cultura corporativa antidemocrática (refratária aos Direitos Humanos e aos mandamentos constitucionais)

e alimentado por decisões criminosas de autoridades e governantes? Ademais, acrescentamos: esse mecanismo de horror e morte, envolto nas máscaras da segurança pública, não poderia se sustentar sem que a venda da Justiça a cegasse para a barbárie em curso. Todavia, tampouco a Justiça poderia manter-se alheia, se a maioria da sociedade não se omitisse, adotando postura hipócrita e cúmplice.

Tais conclusões conduziram ao terceiro livro, Espírito Santo, cujo foco é o crime organizado plantado no próprio judiciário e infiltrado nas instituições políticas e policiais. O assassinato do jovem, brilhante, honrado e corajoso juiz Alexandre Martins de Castro Filho, em 2003, é o ponto de partida da narrativa que explora o labirinto das investigações até o desvendamento da trama covarde. Indivíduos têm responsabilidade. Não devemos ser paternalistas ou tapar o sol com a peneira. Mas se não houver espaços políticos e brechas institucionais, apoios coletivos e conexões com interesses maiores, não explicamos a cadeia dos episódios. Mesmo as paixões têm lastros numa realidade mais ampla que as canalizam em determinadas direções e limitam suas possibilidades de expressão criminosa. Por isso, é o Judiciário que está em tela de juízo, não os indivíduos, isoladamente.

Por fim, chegamos ao livro que acaba de ser publicado, Elite da Tropa 2 (em parceria com Cláudio Ferraz, A. Batista e R. Pimentel - Nova Fronteira, 2010). Nessa obra, as principais intenções são as seguintes:

1) chamar a atenção para as milícias e mostrar como elas funcionam e como tiranizam comunidades vulneráveis de modo selvagem. Elas são máfias formadas sobretudo por policiais e constituem as formas mais graves do crime organizado, no Brasil, ligando, organicamente, corrupção e brutalidade policiais às instituições políticas e a outras instituições públicas.

2) Ao contar a história das milícias, procuramos demonstrar que, no Rio, não há mais espaço para falar em corrupção e brutalidade policial como problemas menores, secundários, circunstanciais. Nem é mais legítimo falar em crime e violência, no Rio (mas o ovo da serpente está disseminado, ainda que variações regionais sejam significativas), sem admitir que numerosos contingentes policiais são os mais destacados e poderosos empreendedores das dinâmicas criminosas.

“Ao incluir na trama um militante dos Direitos Humanos que se elege deputado e luta contra as milícias com desassombro, imensa generosidade e admirável dignidade, prestamos uma homenagem a Marcelo Freixo (deputado estadual pelo PSOL)...”

Foi-se o tempo em que policiais eram cúmplices por omissão ou mesmo por sociedade passiva. Hoje, no Rio de Janeiro, eles são os principais protagonistas das formas mais perversas e perigosas da criminalidade. Ressalve-se, entretanto, que não generalizamos. Seria absolutamente injusto com dezenas de milhares de profissionais honestos, que arriscam sua vida por salários indignos. Eles são vítimas desse processo: sofrem os efeitos da degradação institucional; pagam o preço da deteriorada imagem pública; sentem-se acuados, humilhados e traídos pela presença arrogante e crescente dos falsos colegas.

3) Ao incluir na trama um militante dos Direitos Humanos que se elege deputado e luta contra as milícias com desassombro, imensa generosidade e admirável dignidade, prestamos uma homenagem a Marcelo Freixo (deputado estadual pelo PSOL), mas também mostramos que nem tudo está perdido na política e nas polícias (pois há alguns personagens policiais também muito positivos). Um personagem literário não é uma pessoa real. A ficcionalização que transforma Marcelo Freixo em “Marcelo Freitas” mesclou características reais de Freixo com outras, inspiradas em outras pessoas, e as combinou com alguns elementos imaginários, para permitir sínteses e mergulhos na subjetividade que exigem liberdade criativa. Mas a homenagem é verdadeira e a defesa da política nobre e virtuosa se realizou.

4) A obra procura, ainda, trabalhar em profundidade dilemas éticos, demonstrando não haver cartilhas, dogmas ou gramáticas capazes de abarcar a exuberante e subversiva produtividade do real, que nos desafia continuamente com dilemas inesperados e de imensa complexidade, exigindo da consciência ética a mesma ousadia e fecundidade que se requer da criação estética. E como, para mim, não há política virtuosa, digna, justa, boa ou correta, dissociada da ética, acredito que, tendo discutido questões éticas pela mediação dos dramas vividos pelos personagens, o livro Elite da Tropa 2, também por esse viés, contribui para o debate político.

Antes de concluir, um alerta: as milícias são filhas bastardas da segurança privada informal e ilegal. Na medida em que esta está presente em todo o país, a matriz genética das máfias policiais já se nacionalizou. Explico: com raríssimas exceções, os salários da massa policial são insuficientes, no Brasil - para dizer o mínimo e manter-me fiel a um vocabulário educado. Para sobreviver e garantir a reprodução de sua unidade doméstica, os trabalhadores policiais, em sua maioria, buscam uma segunda ocupação, um "bico". Vão desempenhá-lo, quase sempre, como é natural, na área de sua especialidade: a segurança. Ocorre que, em quase todo o país - e por boas razões -, é ilegal o servidor da segurança pública vincular-se à segurança privada. Posto não ser permitido fazê-lo formalmente, engaja-se, então, o policial, no setor informal da segurança privada ou nela atua, informalmente. Os malefícios para sua saúde, para seu desempenho na segurança pública e os riscos a sua própria vida são evidentes - as mortes de policiais concentram-se na "folga". Apesar de tudo isso ser amplamente conhecido, as autoridades fingem nada ver. Não fiscalizam. Não tomam qualquer providência. Afinal, sabem que, se fiscalizarem a segurança privada informal, encontrarão seus policiais fazendo o "bico".

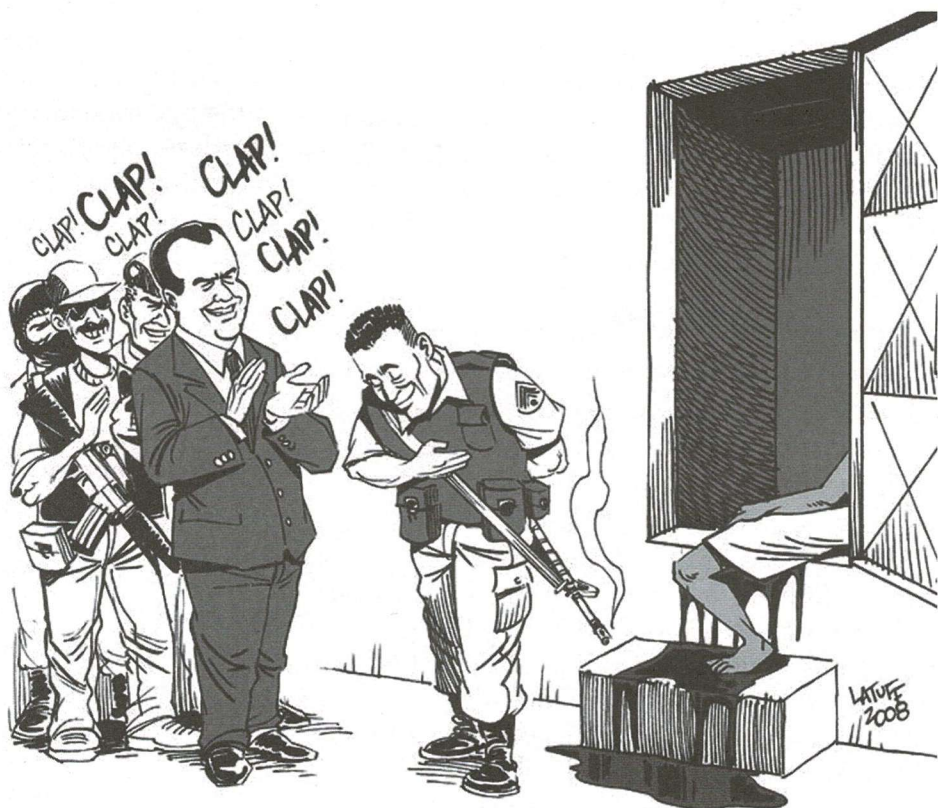
E também sabem que se reprimirem essa ilegalidade, a demanda salarial se projetará sobre o governo, provocando o colapso do orçamento - que é, vale repetir, irreal.

A Polícia Federal é responsável por essa fiscalização, mas com 14,5 mil funcionários e uma infinidade de atribuições não teria como realizá-la (mesmo se o desejasse, o que, por óbvio, não é o caso). Os governos estaduais poderiam reivindicar essa atribuição, mediante convênio - como foi feito no passado, por pouco tempo. Mas não têm o menor interesse em meter a mão no vespeiro, optando por preservar o

gato-orçamentário, isto é, o financiamento privado (informal e ilegal) da segurança pública. Eis, portanto, o Estado despudoradamente partido: um pé na legalidade, outro na ilegalidade.

O problema maior (há vários outros muito sérios) é este: sob o manto da negligência oficial, prosperam dinâmicas benignas e malignas. As primeiras, a despeito dos males que causam (os já referidos e outros), representam esforços honestos (ainda que ilegais) de homens e mulheres policiais que apenas lutam para completar sua renda. As dinâmicas malignas começam nas ações de policiais corruptos que provocam insegurança para vender segurança; prosseguem na formação de esquadrões da morte e grupos de extermínio; e alcançam o patamar superior de degradação e gravidade quando deságuam na organização de milícias.

Por isso, o livro *Elite da Tropa 2* lança este alerta à sociedade: ainda que só o Rio conheça as manifestações mais articuladas e perigosas das milícias, o ovo da serpente já se espalhou pelo país. Até quando os governos continuarão deitados em berço esplêndido, se ufanando do crescimento econômico, alheios ao veneno que avança na retaguarda do Estado, alimentado pelo gato-orçamentário e suas implicações?





Entrevista com José Padilha

“Precisamos reformar a polícia imediata e radicalmente”

Por que o tema desta vez foi as milícias?

A ideia era mostrar como a política de baixo nível feita no Brasil influencia negativamente a segurança pública. Isso acontece através de muitos mecanismos, mas o mais simples e claro deles se dá com as milícias. Por isso tomamos as milícias como tema.

Como classifica o Tropa 2 e como o encara em relação ao primeiro? Qual foi o mais difícil de fazer?

O primeiro filme foi muito mais difícil de fazer, por muitos motivos, a começar pela tentativa da própria PM de impedir que o filme avançasse. A relação entre os filmes é bastante simples: o Tropa 2 é uma continuação explícita do Tropa 1, um filme que leva o raciocínio exposto em Ônibus 174 e Tropa de Elite a sua conclusão.

Logo no início da produção, uma legenda avisa ao público que o filme é uma obra de ficção e que qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência, mas você mesmo diz que muitos episódios aconteceram de fato, quais foram?

O filme é inspirado na realidade, e tem cenas que modificam, levemente, acontecimentos reais. Por exemplo, a rebelião em Bangu 1 em que Beirada mata Qualé, ou o deputado que tenta implantar uma CPI contra as milícias e só consegue depois de jornalistas serem pegos e torturados por milicianos, ou o assalto em que milicianos roubam armas de uma delegacia, ou a operação

em que policiais do Bope entram fantasiados de PMs e matam traficantes.

O personagem Diogo Fraga também é baseado numa pessoa, quem é?

Marcelo Freixo!

Por que escolheu Marcelo Freixo?

Porque seu personagem poderia fazer um ótimo contraponto, ideológico e pessoal, ao personagem do Capitão Nascimento; e porque eu poderia construir uma trajetória em que a oposição entre os personagens, que também se constrói como uma oposição ideológica entre esquerda e direita, perdesse o sentido face a um problema maior que tais diferenças. Isso por que na minha opinião a diferença entre esquerda e direita já tem, na prática, cada vez menos sentido pragmático. Queria embutir essa idéia no filme.

O deputado estadual pelo Rio ajudou na produção do filme? Como?

Marcelo ajudou o filme nos contando a sua história, viabilizando o processo de pesquisa sobre as milícias e sobre o Parlamento estadual, ajudando na obtenção da autorização para filmar na ALERJ, na caracterização da locação de Bangu 1 e na preparação dos atores. Além disso, acompanhou várias filmagens e me deu sugestões valiosas no set.

Marcelo Freixo é uma esperança?

Ele é, simplesmente, a liderança política mais importante que surgiu no Rio de Janeiro nos últi-

mos 30 anos. Tem uma trajetória séria. É um dos únicos políticos que conheço que não colocam questões eleitorais à frente da ética e da responsabilidade social. É uma possível luz no fim do túnel da política carioca.

O Tropa 2 é um soco no estômago do sistema, você está tendo problemas por isso?

Não. As pessoas já estão de saco cheio de serem enganadas e estão abertamente a favor do filme. Os políticos que vestiram a carapuça, e foram muitos, estão quietos por esse motivo.

No primeiro filme você foi até chamado de fascista e no segundo é tido por alguns como socialista e, até para alguns extremos, anarquista. Como você interpreta essas leituras sobre seu trabalho e sua pessoa?

Claramente, não sou fascista. Defendo a liberdade civil, os direitos individuais e humanos, e digo isso abertamente. Por defender a liberdade, também não estou de acordo com várias teses socialistas que tendem a restringi-la tanto no campo da expressão como no campo econômico, e que tendem a achar que o Estado deve ser o grande agente social. E certamente não sou um anarquista, porque acho que é bastante óbvio que as sociedades complexas de hoje só conseguem se estruturar a partir de regras e leis. De modo que vejo essas caracterizações com humor, como especulações bastante superficiais.

Você acredita que o resultado das eleições poderia ter sido diferente caso Tropa 2 fosse lançado antes?

Não.

Qual é sua opinião sobre a polícia do Rio?

A polícia é um dos nossos principais problemas no que tange à segurança pública.

Precisamos reformar a polícia imediata e radicalmente. Enquanto não tivermos um governo com coragem para isso, para acabar com as polícias como existem hoje, e colocar outra em seu lugar, teremos números trágicos na segurança pública.

Como classifica nossa política?

O Estado no Brasil, em todos os seus níveis, é predado por políticos e partidos que almejam posições capazes de influenciar as leis, as decisões do Executivo e do Judiciário, de forma que possam tirar proveito dessas posições para si mesmos ou para os grupos políticos a que pertencem.

Tem solução?

Precisamos de uma urgente reforma política. O problema é que essa reforma política só saíra se for feita pelos próprios políticos... Vejo duas possibilidades de solução: uma lenta e gradual, com a conscientização da sociedade, com a sociedade pressionando os políticos ao longo do tempo, e avançando de pequenas em pequenas conquistas. Outra seria a eleição de um político sério e corajoso, de alguém capaz de conduzir a reforma política que o país precisa, e que tenha sustentação popular para fazê-lo face às pressões que sofreria. Só acredito na primeira alternativa, e tento ajudar dentro do possível.



“Nunca mais esquecerei o cheiro de uma prisão”

Como foi interpretar o personagem Diogo Fraga? Foi mais fácil por saber que ele era inspirado no Marcelo Freixo?

Desde o primeiro contato que tive com o roteiro, percebi a importância desse personagem não só para o desenvolvimento da história em si, mas, principalmente, naquilo que ele representa como voz discordante à metodologia da repressão através da força e da criminalização das classes subalternas. Passei a admirar o personagem e, ao mesmo tempo, receava não vivê-lo dignamente. Com isso, sabia que o trabalho não iria ser nada fácil. Precisava encontrar a trilha certa que me desse o melhor e mais completo acesso a ele, tarefa nada simples, pois, as possibilidades são muitas num processo de construção. Mas, ao saber do Marcelo Freixo como fonte inspiradora para o Fraga, encontrei o caminho que precisava percorrer.

Quais as principais dificuldades e prazeres para a realização desse trabalho?

Pra mim, o prazer é o motor principal que movimenta cada trabalho que faço e nesse, especificamente, ele surgiu e tomava força a cada dificuldade supera-

da. Na sala de ensaio coordenada diariamente pela magistral Fátima Toledo, tínhamos o espaço necessário para por em prática todas as ações, experimentar as variadas emoções, apostar no que sentíamos e ter chance, até mesmo, de errar. Ainda bem, pois aquele era o momento pra tudo isso. Lembro da dor que sentia ao ensaiar as cenas em que meu filho (Rafael - interpretado pelo sensibilíssimo Pedro Van Held) estava baleado, da perplexidade que me tomava conta nas cenas do presídio (Bangu 1), da exaustão física e do tom forte e efervescente da cena de denúncia contra o Bope diante dos jornalistas. Lembro, enfim, de tudo isso se transformando em uma sensação, se não de dever cumprido, de pelo menos estarmos trilhando um caminho satisfatório ao fim de cada dia.

Você fez algum tipo de laboratório?

Além de pedir para a produção do filme para ficar o máximo de tempo que pudesse na cidade do Rio de Janeiro (sou de Recife), meu processo de aproximação dessa história se deu através das sucessivas leituras do roteiro, do seu destrinchamento, esmiuçando as ações ali descritas para aí compreender



que precisava viver determinadas experiências que julgava essenciais para o desenvolvimento da personagem e da sua trajetória no filme. Por exemplo, eu nunca estive num presídio, desconhecia a logística de uma Assembleia Legislativa. O Marcelo Freixo foi quem me apresentou o dia a dia da ALERJ, sua agitada funcionalidade, seus trâmites e o linguajar peculiar. Ele me fez conhecer seu gabinete e toda sua competentiíssima equipe. Mas, sem dúvida alguma, de todas essas vivências que tive ao lado do Marcelo, visitar Bangu 1 foi inesquecível. Atravessar seu muro, passar por suas grades, ter acesso aos corredores, cumprimentar seus funcionários, ouvir e conhecer cada detento foram experiências que marcaram, não só meu fazer artístico, mas minha consciência como cidadão. Nunca mais esquecerei o cheiro de uma prisão.

Você já conhecia o Marcelo Freixo? Qual é a sua percepção dele?

Não conhecia o Marcelo Freixo. Mas a maneira como o encontrei é que foi emocionante. O convite para fazer o filme chegou junto com o roteiro (ainda em Recife) e, até então, não sabia que meu personagem era ins-

pirado no Marcelo. Até aquele momento não tinha conversado com o Padilha sobre isso. Ainda em Recife comecei a pesquisar, por pura curiosidade, quem, no Rio de Janeiro, desenvolvia um trabalho de combate às milícias e eis que surge seu nome. Requisitei tudo que pude sobre o Freixo e seu trabalho, imprimi, pus em minha bagagem e fui começar a preparação no Rio. Na primeira semana de ensaio, no meio de um exercício, a Fátima Toledo pede licença por alguns minutos, retira-se da sala e, após um tempo, retorna me dizendo que tinha ido conversar "comigo". Fiquei confuso até ela esclarecer que estava conversando com o homem que inspirou meu personagem e quando perguntei seu nome ela me responde "... é o Marcelo Freixo". Imediatamente abri minha mochila e mostrei todos os papéis com todas as informações que tinha sobre o Freixo. Foi emocionante, pois para nós esse momento soou como aprovação do que estávamos vivendo e do que ainda tínhamos para viver. A partir de então, consolidei mais e mais a admiração que eu já possuía por conta das pesquisas que eu havia desenvolvido antes de

chegar ao Rio. Marcelo é um militante dos Direitos Humanos, alguém corajoso e que precisa continuar o trabalho que tem feito.

Qual é sua avaliação sobre a mensagem passada pelo Tropa de Elite 2?

As mensagens passadas por um único filme são muitas, diversas. O que mais admiro nos trabalhos do Padilha, e, claro, isso está também presente no Tropa de Elite 2, é sua capacidade de atrelar de uma maneira bem eficiente o entretenimento da arte cinematográfica com uma boa dosagem de crítica social. Não há como sair de filmes como Ônibus 174, Garapa, Tropa de Elite e Tropa de Elite 2 sem estar movimentado ao debate, sem estar querendo, no mínimo, expor sua posição de acordo ou desacordo diante do que viu na telona. Porém, dentre os diversos discursos que um filme como Tropa 2 tem a oferecer, o que mais me preocupa é a apreensão, por muitos, de uma leitura das camadas mais simples da obra e que pode resultar num pensamento conclusivo, no mínimo superficial, de que a política no Brasil "não presen-

ta" e só um "herói" como o Nascimento poderia dar jeito em tudo, mesmo à base de porrada. E quem faz isso deixa de perceber questões importantes levantadas pelo filme e que merecem ser pensadas e discutidas, como o enorme problema das milícias e suas implicações na vida de quem sofre com

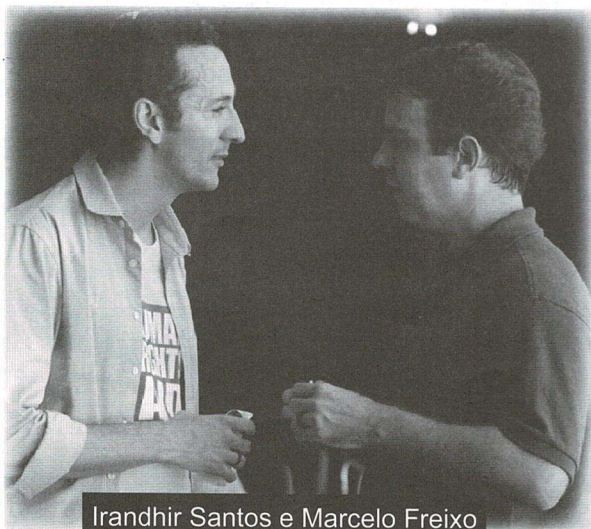
esse mal social, a continuidade e a formação dos currais eleitorais e o eterno problema da segurança pública.

Na sua cidade existem milícias? Como é a questão da violência?

Recife é uma das cidades mais violentas do país. Aqui, por causa de questões históricas, as desigualdades ainda são enormes e o crime está diretamente associado à exploração dessas desigualdades. Não posso dizer que as milícias em Recife se organizem tal qual acontece no Rio. Não tenho dados a esse respeito. Mas posso dizer sem dúvida - porque o movimento de Direitos Humanos sempre denuncia casos assim - que grupos de extermínio atuam na cidade e no estado de Pernambuco como um todo. Esses grupos, muitas vezes, são formados também por policiais. Já no interior pernambucano, há milícias rurais, ligadas normalmente à defesa ilegal de grandes propriedades de terra e atuando sob os mandos dos proprietários.

Depois de Fraga a sua vida mudou? Como é a reação do público nas ruas?

Mudar sempre muda. Não sou mais o mesmo depois de cada trabalho que faço, enxergo-me outro, e com o Fraga não foi diferente. Agora, se olharmos pelo ângulo do poder de alcance popular que tem o Tropa de Elite 2 (mais de 9,6 milhões de espectadores até então), é, sem dúvida alguma, uma experiência que ainda não tinha vivido. O resultado disso é que nas ruas as pessoas se aproximam com manifestações de admiração e carinho pelo trabalho e de empatia pelo personagem.



Irandhir Santos e Marcelo Freixo

“Freixo é um herói da vida real”



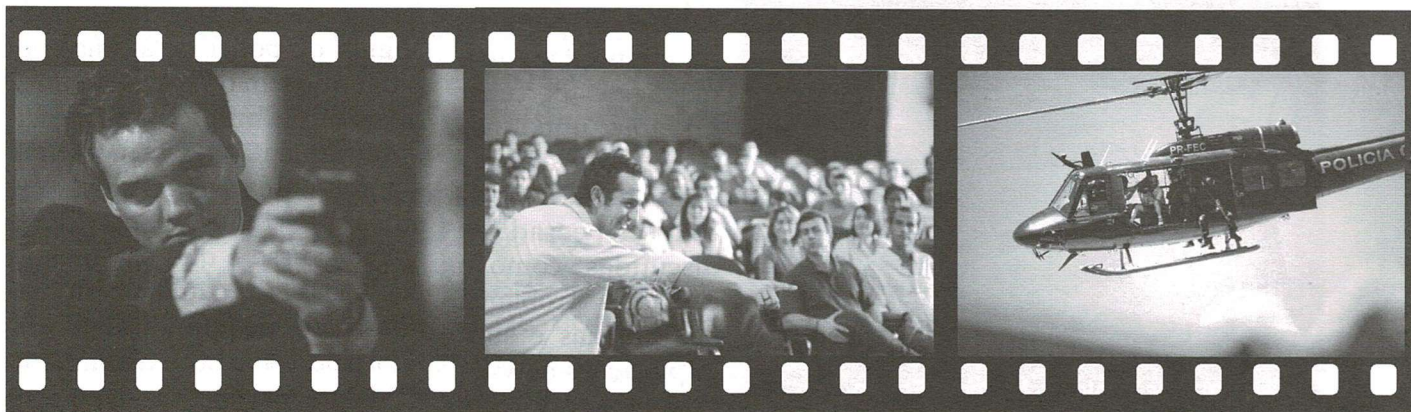
Qual foi o principal desafio para escrever o roteiro do Tropa 2?

Acredito que tenha sido combinar duas coisas: 1) a verdade dos personagens que foi estabelecida no primeiro filme (verdade narrativa, bem entendido), e 2) contar uma história que não parecesse mais do mesmo. Em outras palavras, a gente não queria reinventar os personagens nem o universo ficcional da história. Queríamos aprofundar os personagens, torná-los mais complexos e, ao mesmo tempo, inseri-los em uma narrativa que

pudesse diferenciar bastante o segundo filme do primeiro. Mas isso não significa que partimos desses princípios para depois escolher o tema das milícias. Tudo aconteceu mais ou menos ao mesmo tempo.

Como classifica esse segundo filme em relação ao primeiro?

Considero Tropa de Elite 2 muito superior ao primeiro filme em todos os aspectos. Artisticamente, é superior por trabalhar com uma narrativa mais complexa, pelo desempenho dos atores, pela direção mais madura do Zé Padilha e pelo incrível trabalho de fotografia do Lula Carvalho. A montagem do Dani Rezende é *hors concours*: o cara sempre arrasa. Tudo isso resultou em um filme menos descritivo, mais dramático e mais político em comparação com o primeiro. Gosto muito do cinema político, mas faço questão de adaptar para o cinema o que Bertolt Brecht escreveu em seu Pequeno Organon para o teatro: “Teatro é diversão.” Fazer um filme político que ao mesmo tempo funciona como entretenimento é um grande desafio. Acho que a gente deu conta do recado. Afinal, o dinheiro de incentivo fiscal que os artistas recebem para produzir suas obras tem que resultar em produtos de qualidade. Não adianta ter discurso bonitinho. É preciso fazer filmes bons. Por isso eu sempre digo que a principal responsabilidade social do artista é com a forma. Discurso todo mundo faz.



Como se preparou para montar essa história?

Como sempre faço: procurei entender ao máximo o universo no qual a história acontece. Uma das muitas vantagens de se trabalhar com o Padilha é que ele vem do documentário e sai entrevistando as pessoas que entendem do assunto. Ele levantou a maior parte das informações, com a ajuda inestimável do Rodrigo Pimentel. O deputado Marcelo Freixo foi outro grande parceiro nessa etapa. Teve muita paciência para responder minhas perguntas (quase todas beirando a idiotia) sobre o funcionamento da ALERJ. E além disso me emprestou todos os DVDs com as sessões da CPI das Milícias transmitidas pela TV ALERJ. Freixo foi muito generoso. Deixou de ser consultor para se transformar em um amigo querido.

Você assistiu a todas as sessões da CPI das Milícias. Conte um pouco dessa experiência.

Foram tantas horas (acho que um total de 15 horas) que a experiência foi múltipla. Às vezes, era muito chato ouvir os caras negando tudo o tempo todo com a maior cara de pau. Outras vezes, era muito divertido. Mas o melhor de ver tantas horas de material (e eu vi tudo em poucos dias, fazendo anotações) é que aquele universo foi entrando na minha cabeça quase que por osmose. Os personagens foram ganhando forma naturalmente e muitas situações da realidade debatidas naquelas sessões acabaram sendo incorporadas (com as transformações naturais do trabalho de dramaturgia) a muitas cenas do filme.



Como vê a milícia carioca hoje?

Exatamente como ela aparece no filme: é uma organização que segue à risca o que se entende por máfia, com o agravante de seus membros estarem associados ao poder público. Eu comecei a me interessar pelo tema das milícias muito antes de o Padilha me convidar para escrever com ele o Tropa de Elite 2. Os jornais aqui de São Paulo publicaram algumas notícias curtas sobre a chamada "autodefesa comunitária". Pareciam histórias exemplares, para o bem. Grupos de policiais patrulhavam as favelas espontaneamente (fora do horário de trabalho) para evitar que os traficantes voltassem a ocupá-las. Eu me lembro de ter lido isso e pensar: "Vai dar merda." Na minha cabeça de escritor, imaginei um filme em que os policiais acabavam ocupando o mesmo papel dos traficantes. Ou seja: criavam um código de conduta e leis paralelas às do Estado de direito, fazendo-as valer por meios violentos, sem direito a julgamento e com execuções sumárias. Logo, o que eu imaginei virou realidade. Daí veio parte do meu entusiasmo em me juntar ao Padilha, Wagner, Daniel, Lula e todo o pessoal que já tinha feito o Tropa de Elite para escrever a continuação do filme.





Como classifica o papel do deputado Marcelo Freixo na luta contra esse grupo?

Corajoso e fundamental. Alguém tinha que colocar o dedo na ferida. E só alguém com muita coragem poderia fazer isso. Admiro muito o Marcelo Freixo por ter tido essa coragem e ter levado o trabalho à frente com muita seriedade e correção. Freixo é um herói da vida real.

Você acredita que o filme ajudou a retomar o debate sobre as milícias?

Torço para que sim, mas não sei se ajuda. Sou muito vaidoso em relação às qualidades artísticas do meu trabalho (quando consigo fazer algo de qualidade, evidentemente), mas muito humilde em relação ao impacto que um filme possa ter nas discussões de temas sociais. Fico um pouco com a sensação de que filmes como Cidade de Deus e os dois Tropa de Elite, assim como Última Parada 174, que também escrevi, provocam algum debate no momento em que são lançados, mas os debates parecem bastar-se a si próprios. Quer dizer, não vejo avanços concretos a partir da, digamos, intervenção do filme. Fiz muito teatro engajado no fim dos anos 70 e começo dos 80. Apresentava peças em sindicatos, associações de moradores e escolas de periferia, principalmente na região do ABC, em São Paulo. Eu acreditava muito no po-

der mobilizador da arte. Hoje, sou muito cético em relação a esse poder, se é que ele existe. Talvez exista em uma escala individual. Quer dizer, algumas pessoas podem se sentir de alguma maneira iluminadas após ver um filme (político ou não) e a partir dessa experiência tomam decisões que mudam suas vidas (ainda que de maneira quase imperceptível). Não vejo, porém, mudanças políticas e sociais relevantes que sejam resultado do debate provocado por um filme. Mas pode ser falta de percepção de minha parte. Pode ser que as mudanças estejam acontecendo, de maneira quase imperceptível.

Conte alguma curiosidade sobre o filme, a produção ou sua pesquisa.

O que eu achei mais curioso no meu trabalho de pesquisa orientado pelo Marcelo Freixo (e que cheguei a escrever como cena no roteiro, mas depois acabamos cortando) foi uma sessão da Comissão de Segurança Pública da ALERJ. Em uma sala onde a comissão se reunia, o deputado Wagner Montes falava ao microfone, em tom absolutamente formal e sério, como em um discurso no Plenário. Seguiu o rito da casa. Nada de estranho nisso nem de jocoso na atitude do deputado. Era tudo muito sério. Logo, porém, o deputado encerrava a sessão por falta de quórum. É que, além dele, o único parlamentar presente era Marcelo Freixo. Quer dizer: estavam os dois ali para uma reunião que havia sido marcada para se discutir algum tema específico relacionado à segurança pública. Ninguém mais apareceu. Mesmo assim, a formalidade parlamentar para abrir a sessão e em seguida encerrá-la, por falta de quórum, me pareceu uma cena de comédia. Veja bem: não estou ironizando o Wagner Montes por falar daquele jeito para uma plateia inexistente. Imagino que seja praxe e que os ritos devam ser respeitados. Mas para quem vê de fora é muito engraçado, por um lado. E triste, por outro. Aquela cena que eu presenciei atesta a imagem que os cidadãos têm dos políticos brasileiros: eles não trabalham. Obviamente, havia ali dois deputados (Montes e Freixo) que estavam cumprindo seu dever. Mas eles sozinhos não podiam fazer nada. Seria uma cena engraçada no filme. É uma realidade triste do nosso país.

Caçada na favela da Vila Cruzeiro

Plínio Arruda Sampaio - PSOL



O melhor jeito de não terminar com a criminalidade nos morros do Rio de Janeiro é realizar uma operação militar com mais de mil policiais para prender e matar traficantes numa favela.

Será possível que as autoridades ainda não tenham entendido que a invasão das favelas só cria mais ódio e só serve para matar inocentes? Claro que entendem muito bem. Nós é que não entendemos a real intenção delas, pois, na verdade, o objetivo dessas incursões militares não é prender traficantes, mas amedrontar as populações pobres que aí vivem.

Trata-se da criminalização da pobreza. É preciso aterrorizar os pobres para que não tenham a menor veleidade de reclamar contra seu lastimável estado.

Agora a violência ficou ainda pior: a Polícia criou uma tropa de ocupação – as UPPs.

Quem assistiu ao filme “Tropa de Elite 2” não tem a menor dúvida de que a maior causa da violência urbana é, na verdade, a corrupção policial. Parece incrível que, após a denúncia do deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), o governo tenha coragem de montar uma operação bélica que, segundo os dados fornecidos pelas próprias autoridades,

já matou 32 pessoas. Bandidos? *Qui lo sa?* Se forem bandidos, pode?

Na campanha eleitoral, propus uma forma razoável. Primeira medida, realizar uma reforma agrária, a fim de despressurizar o ambiente. Simultaneamente, legalizar o uso da maconha (não se trata de liberação geral, mas de controle da atividade pela Justiça, pelo Estado e não pelo tráfico); educar os policiais (corrompidos pela ditadura militar); e estabelecer conselhos de segurança dos bairros, colocando-os como supervisores de policiamento civilizado. Em vez de camburões e tanques da Marinha, policiais a pé, percorrendo os morros permanentemente, e dotar os conselhos de atribuições que incluam a avaliação dos policiais para efeito de promoção.

Uma vez estabelecido esse sistema, colocar a Polícia com todo rigor em cima dos traficantes de drogas químicas, que causam dependência e são produzidas por altos capitalistas, pois a atividade serve para lavar dinheiros escusos.

Fora daí estamos girando em falso. A violência apenas chama violência dobrada. Nessa espiral, os que sofrem são os trabalhadores, transformados em alvos das balas perdidas.

Plínio Arruda Sampaio é formado em Direito pela USP, foi promotor público, deputado federal constituinte e presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA

Este artigo foi publicado originalmente em Carta Capital, 26 de novembro de 2010.

Última Hora

“Paz sem voz,

Ao fechamento desta edição especial, o Rio de Janeiro sofre um dos piores conflitos armados de sua história. Centenas de ônibus e automóveis incendiados, arrastões, dezenas de mortos, 21 mil homens armados mobilizados pelas forças policiais, centenas de feridos. O caos e o pânico tomaram conta da cidade e do estado, forçando os cariocas a mudarem completamente sua rotina.

A imprensa trata de apresentar o conflito como uma guerra entre o bem e o mal. A verdade, contudo, é outra. Esse conflito é resultado direto da política de segurança do governo Cabral.

Seu projeto político e eleitoral está baseado numa visão excludente, alicerçada na criminalização da pobreza e no controle militarizado das comunidades pobres. Como o deputado Marcelo Freixo denunciou em recente entrevista:

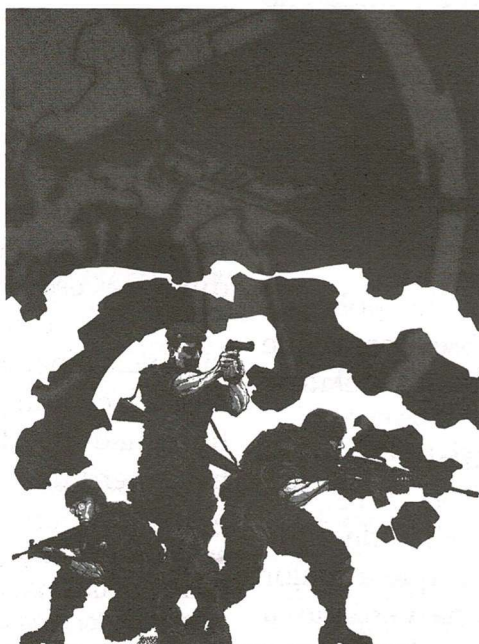
“As UPPs representam um projeto de cidade e não de segurança pública. O mapa das UPPs é muito revelador: é o corredor da Zona Sul, os arredores do Maracanã, a zona

portuária e Jacarepaguá, região de grande investimento imobiliário. Então, são áreas de muitos interesses para o investidor privado. (...) A retomada é militar para permitir um projeto de cidade, que é a cidade Olímpica de 2016. Toda cidade Olímpica tem cidades não-Olímpicas ao redor.”

Os ataques, curiosamente acontecendo depois das eleições, são a continuidade desta política que, além de banalizar as mortes nas favelas, coloca em risco o conjunto da população trabalhadora. Até o fechamento desta edição, 45 pessoas já haviam sido assassinadas.

Quantas delas são inocentes? Nenhuma das vítimas teve sequer a chance de ser julgada. O mais grave foi o caso de uma menina de 14 anos que foi morta em frente ao seu computador no bairro Penha, nos arredores da Vila Cruzeiro. Uma vez mais, Freixo aponta os reais problemas:

“Esperamos que isso acabe da melhor maneira. Mas é difícil saber qual será o fim. É uma tragédia. Não existem



não é paz, é medo”

vencedores. É uma história muito triste no final das contas. E eu levanto algo que acho importante, o momento da crise é o momento da crise, mas existe algo que temos que perguntar, que temos que questionar: até quando deixaremos de enfrentar o maior problema do Rio de Janeiro que não é o tráfico de drogas? Aliás, a UPP não é um enfrentamento ao tráfico de drogas, é um enfrentamento à presença das armas. O tráfico de drogas vai continuar acontecendo como acontece em qualquer lugar do mundo.

Até quando a gente vai tolerar que a presença deste tipo de armamento circule no Rio de Janeiro desta maneira? E neste sentido, não vai adiantar insistir no enfrentamento só às favelas. Quais são as políticas públicas eficazes que nós vamos cobrar para colocar em prática para enfrentar o tráfico de armas no Rio de Janeiro? Esse é o maior desafio da população e do governo hoje em dia. As imagens mostram que há uma quantidade de armas impressionante. E não é qualquer arma. Isso é o que diferencia o Rio de Janeiro de outros grandes centros, porque violência tem em qualquer lugar. Mas, o que diferencia é a presença desse tipo de armamento. E acho estranho que não tenha visto nenhuma ação policial na Baía de Guanabara, nenhuma ação

policial por onde a gente sabe que essas armas entram. O enfrentamento na ponta, na favela, precisa acontecer? Precisa. Mas não pode ser o único. Não pode ser exclusivo, porque senão você não resolve o problema. E você, então tem anos, décadas de uma insistente política de segurança e o resultado acaba não sendo aquele que a gente espera.”



Infelizmente, nenhuma saída que mantenha os atuais parâmetros da política de segurança pública vai ser eficaz e duradoura. A verdadeira paz que buscam os trabalhadores das favelas, dos bairros centrais ou periféricos só vai ter lugar com mudanças profundas. Uma política que combine, por um lado, uma pesada repressão ao tráfico de armas, a abertura dos sigilos fiscais e bancários da rede de poder envolvida no grande tráfico de drogas (rede que envolve membros do poder judiciário, executivo e legislativo em todo o país), as fronteiras por onde ingressa o armamento; de

outra parte é indispensável articular condições dignas para a população nas comunidades. Médicos, Remédios, Educação, Assistência Social, Transporte. Isso é básico. No Complexo do Alemão, existem hoje, apenas duas escolas, em condições precárias. Esse é o exemplo mais claro do descaso do poder público com os verdadeiros problemas.

De nossa parte, realizamos um chamado à população para refletir sobre os acontecimentos, lamentando a postura da presidente eleita Dilma Rousseff solidária à receita de morte levada a cabo pelo governador Sérgio Cabral.



**“Não se trata de um estado paralelo,
é o crime dentro da máquina pública”**

Marcelo Freixo
Deputado Estadual PSOL/RJ



www.socialismo.org.br